Mensagem n º 319/2025 Jardim Alegre, 18 de junho de 2025.

Senhores:

Enviamos projeto de lei que “ALTERA REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.197/2020”, em regime de **URGÊNCIA**, para que sejam regularizados os prazos para realização das progressões e promoções de carreira, tendo em vista que o enquadramento dos servidores só se efetivou dois anos após o inicialmente previsto.

Atenciosamente,

MOISES LNORTOVZ DOS SANTOS:00380760983
2025.06.18 10:47:44 -03'00'

Moises Lnortovz dos Santos
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

No ano de 2020 a Administração tomou as providências a fim de realizar a implantação do novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores públicos deste Município, instituído por meio da Lei Municipal nº 2.197/2020, bem como a inclusão dos ocupantes do cargo de Monitor(a) no quadro próprio do magistério, através da Lei Municipal nº 2.194/2020, todas publicadas no dia 31 de março de 2020.

Ocorre que, também no mencionado ano, o país foi assolado pela pandemia da Covid-19, tendo a União declarado estado de calamidade pública, devidamente reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06/2020, na data de 20 de março de 2020.

Paralelamente a isto, com vistas a implantação em folha de pagamento do previsto nas Leis Municipais nº 2.197 e 2.194, foram editados os Decretos nº 110/2020 de 08/05/2020, publicado em 09/05/2020 e 119/2020, de 20/05/2020, publicado em 21/05/2020, respectivamente.

Com relação ao Decreto nº 110/2020, quando publicado, concedeu a possibilidade de que servidores ingressassem com recurso no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para revisão dos enquadramentos, razão pela qual não houve a implantação em folha já no mês de maio de 2020. Por outro lado, o Decreto nº 119/2020, que regulamentou o enquadramento dos Monitores(as), ante a inexistência de discussão a seu respeito, foi devidamente implantado.

Ocorre que, por conta da citada pandemia, Estados e Municípios, inclusive de Jardim Alegre-PR, sofreram graves prejuízos em suas receitas, motivo pelo qual foi editada pela União a Lei Complementar nº 173/2020, publicada em 28/05/2020, que trata do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2, prevendo auxílio financeiro aos entes, desde que observadas obrigações e vedações, inclusive no que se refere aos gastos com pessoal, retroagindo à data da calamidade pública declarada pela União, ou seja, 20 de março de 2020.

Dessa forma, tendo em vista que a publicação das Leis Municipais nº 2.194 e 2.197 foram posteriores à declaração de estado de calamidade pública pela União, o Município estaria impedido de implantar em folha os enquadramentos, visto que tal ato incidiria nas vedações previstas nos incisos I e III, do art. 8º, da Lei nº 173/2020, que proíbem a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequações de

remuneração de servidores, bem como a alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesas.

Diante disso, a Administração decidiu por elaborar o Decreto Municipal nº 145/2020, de 1º de julho de 2020, revogando os Decretos nº 110/2020 e 119/2020, bem como adiando para o ano de 2022 o enquadramento dos servidores pelos critérios determinados pelas Leis Municipais nº 2.194/2020 e 2.197/2020, ficando ressalvada a possibilidade de antecipação do mesmo no caso de autorização pelos órgãos de controle financeiro e de que tal ato não implique em sanções ao Município, o que não houve.

Assim, na data de 12/04/2022, foram publicados o Decreto nº 80/2022, que dispôs sobre o enquadramento dos servidores estatutários do Quadro Geral e o Decreto nº 81/2022, que dispôs sobre o enquadramento dos ocupantes do cargo de Monitor/Monitora no Quadro Próprio do Magistério Municipal, enfim efetuando o enquadramento conforme as Leis Municipais nº 2.194/2020 e 2.197/2020, após o término da proibição contida no art. 8º, *caput*, da Lei Complementar nº 173/2020.

Dessa forma, o que se percebe é que, por conta das proibições contidas na Lei Complementar nº 173/2020, foi necessário o adiamento da implantação do novo enquadramento dos servidores estatutários, o quê, por consequência, torna indispensável que sejam regularizados os prazos previstos em lei.

Ressalte-se que no ano de 2022 foi apresentado o Projeto de Lei Complementar nº 16/2022, que também visava tal correção, mas que não teve aprovação por esta r. Casa de Leis.

Também foi apresentado o Projeto de Lei Complementar nº 05/2024, a respeito do qual foi realizada reunião, na Câmara Municipal, com a presença de Vereadores, Advogado da Câmara, demais servidores que prestam apoio técnico e administrativo no Poder Legislativo, Procuradora Geral do Município, Chefe do Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Jardim Alegre/PR, Advogado do Sindicato e outros interessados. Nesta reunião restou acordado que seria realizada consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, solicitando esclarecimentos sobre a implementação das progressões.

Realizada a consulta, as respostas foram submetidas à Parecer Jurídico, posteriormente apreciados pelo Prefeito Municipal, que decidiu a respeito da questão e encaminhou todos os documentos ao Sindicato da classe, que não se insurgiu sobre a solução dada ao caso.

Quanto ao pedido de **urgência**, destacamos que este se dá devido ao tempo que já transcorreu entre a data em que deveriam ter ocorrido as progressões, conforme as alterações que ora de propõem, bem como a necessidade de outras diligências necessárias para instalação das comissões, responsáveis pela avaliação dos servidores.

Ante todo o exposto, indispensável o presente Projeto de Lei Complementar, a fim de que sejam realizadas as correções necessárias na legislação então vigente, possibilitando as progressões de carreira.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE-PR, em 18 de junho de 2025.

MOISES LNORTOVZ DOS SANTOS:00380760983
2025.06.18 10:50:20 -03'00'

Moises Lnortovz dos Santos
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2025

ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 2.197/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, submete à apreciação e votação dessa Câmara de Vereadores, o presente Projeto de

L E I:

Art. 1º - A Lei Municipal nº 2.197/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

> ***Art. 85 -*** *.....*
> ***I –*** *o primeiro procedimento de progressão por mérito ocorrerá na data de 1º de março de 2024, após avaliações de desempenho;*
> ***II –*** *o primeiro procedimento de promoção por qualificação ocorrerá em 1º de março de 2024;*
> ***III –*** *o primeiro procedimento de promoção por titulação ocorrerá em 1º de março de 2025.*
> *Parágrafo único. .....*

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento do retroativo, correspondente à diferença apurada a partir das datas previstas no art. 85, da Lei nº 2.197/2020, com as alterações promovidas por esta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir de sua data de publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE-PR, em 18 de junho de 2025.

MOISES LNORTOVZ DOS SANTOS:00380760983
2025.06.18 10:50:37 -03'00'

Moises Lnortovz dos Santos
Prefeito Municipal

GESTÃO DE DEMANDAS

Criada em: 30/07/2024

Identificador da demanda: 307139

Administração Pública Municipal - Recursos Humanos

Demandante	Demandado
Entidade: MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE	Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interlocutor: BELINO SILVA ROCHA	Grupo de Responsabilidade: Atendimento - CACS

Descrição da Demanda

Exmos(as), solicitamos posicionamento deste e. TCE-PR, para esclarecer a seguinte questão:

Em 31/03/2020 foi publicada a Lei Municipal nº 2.197/2020, que estabeleceu o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos de Jardim Alegre, promovendo reestruturação administrativa de cargos e a realocação de servidores na tabela de vencimentos e progressões de carreira antes inexistentes, havendo por consequência aumento de despesa. O que se percebe é que citada Lei foi publicada entre a vigência do Decreto Legislativo nº 6/2020, em 20 de março de 2020 e a Lei Complementar nº 173/2020, em 27 de maio de 2020.

Assim, é o presente a fim de questionar se referida Lei, inclusive no que se refere às regras para as progressões, seria capaz de produzir efeitos desde a sua publicação, ou somente após 31 de dezembro de 2021?

Em caso de eficácia da norma apenas após 31 de dezembro de 2021, com a edição da Lei Complementar nº 191/2022, é possível considerar que os servidores da saúde seriam uma exceção, podendo ser realocados na tabela de vencimentos e receber conforme esta desde a publicação da Lei, ou seja, seria possível que a Lei Municipal nº 2.197/2020 fosse aplicada aos servidores da saúde desde 31/03/2020, por força da LC 191/2022?

Histórico da Demanda

30/07/2024 - 09:23 - Formulada
30/07/2024 - 17:34 - Acolhida
30/07/2024 - 17:34 - Transferida
03/09/2024 - 14:49 - Tarefa Criada
03/09/2024 - 19:26 - Concluída

TAREFA: Tarefa Principal

Criada em: 30/07/2024 - 09:23 | Concluída em: 03/09/2024 - 19:26

Boa noite,

Assim prescreve o artigo 8º, I, da Lei Complementar nº 173/2020:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública.

Por sua vez o Decreto Legislativo nº 6/2020, de 20 de março de 2020 reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

Assim, denota-se que a citada reestruturação administrativa só produziria efeitos financeiros após 31/12/2021, conforme imposição do artigo 8º, I, da Lei Complementar nº 173/2020 retro citado.

Observado o contido nos incisos I a IV do § 8º, do artigo 8º da Lei Complementar nº 191/2020, é possível considerar que os servidores da saúde seriam uma exceção, podendo ser realocados na tabela de vencimentos e receber conforme esta desde a publicação da Lei, ou seja, seria possível que a Lei Municipal nº 2.197/2020 fosse aplicada aos servidores da saúde desde 31/03/2020, por força da citada Lei Complementar.

Ressaltamos que, em se tratando de dúvidas quanto a aspectos constitucionais e legais, estas podem ser discutidas e analisadas pelo procurador jurídico/assessoria jurídica da entidade, o qual é o agente público a quem compete auxiliá-la em aspectos jurídicos e/ou nos atos de gestão da entidade.

Por fim, assinala-se que as presentes considerações não expressam, necessariamente, a posição oficial desta Corte de Contas, sendo inadmissível a sua utilização como instrumento de defesa ou justificativa de atos praticados pela Administração, por não se tratar de Consulta Formal, a qual havendo interesse poderá ser promovida nos termos do art. 311 do Regimento Interno TCE-PR e do art. 38 da Lei Complementar Estadual nº 113/05.

Atenciosamente,

Equipe Atendimento CACS

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CANAL DE COMUNICAÇÃO

GESTÃO DE DEMANDAS

Criada em: 24/09/2024

Identificador da demanda: 313569

Administração Pública Municipal - Recursos Humanos

Demandante	Demandado
Entidade: MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE	Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interlocutor: BELINO SILVA ROCHA	Grupo de Responsabilidade: Atendimento - CACS

Descrição da Demanda

Exmos(as), solicitamos posicionamento deste e. TCE-PR, para esclarecer dúvida com relação à resposta da Demanda nº 307139, quanto ao seguinte ponto:

A referida demanda foi protocolada com dois questionamentos, referentes a eficácia da Lei Municipal nº 2.197/2020, que tratou sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos de Jardim Alegre, publicada em 31/03/2020, ou seja, entre a vigência do Decreto Legislativo nº 6/2020, em 20 de março de 2020 e a Lei Complementar nº 173/2020, em 27 de maio de 2020.
A resposta afirmou que citada norma somente produziria efeitos financeiros após 31/12/2021, conforme imposição do art. 8º, I, da Lei Complementar nº 173/2020. Por outro lado, com relação aos servidores da saúde, sustenta o que segue:

“Observado o contido nos incisos I a IV do § 8º, do artigo 8º da Lei Complementar nº 191/2020, é possível considerar que os servidores da saúde seriam uma exceção, podendo ser realocados na tabela de vencimentos e receber conforme esta desde a publicação da Lei, ou seja, seria possível que a Lei Municipal nº 2.197/2020 fosse aplicada aos servidores da saúde desde 31/03/2020, por força da citada Lei Complementar.”

Diante disso, requer-se esclarecimento se no presente caso, poderia ter ocorrido o reenquadramento dos servidores da saúde, com base nos incisos I a IV do § 8º, do artigo 8º da Lei Complementar nº 191/2020, conforme resposta anterior, embora o caput do citado §8º, preveja expressamente que a exceção alcançava apenas o previsto no inciso IX, do caput do art. 8º, da Lei Complementar nº 173/2020, não mencionando os incisos I e III, do caput do art. 8º desta LC, que suspenderam a eficácia da Lei Municipal nº 2.197/2020, que previu o reenquadramento em questão?

Caso a resposta seja afirmativa, o reenquadramento apenas dos servidores que estavam em atividade na saúde quando da promulgação da Lei Municipal nº 2.197/2020, em detrimento dos demais, não seria afronta ao princípio da isonomia? Isso poderia gerar repercussões jurídicas, como a propositura de ações?

Histórico da Demanda

24/09/2024 - 11:07 - Formulada
24/09/2024 - 11:19 - Acolhida
25/09/2024 - 14:46 - Concluída

TAREFA: Tarefa Principal

Criada em: 24/09/2024 - 11:07 | Concluída em: 25/09/2024 - 14:47

Prezado Sr. Belino,

Em complemento às orientações expendidas na conclusão da Demanda nº 307139, recomenda-se a leitura atenta do Acórdão nº 3239/21 - Tribunal Pleno e do Acórdão nº 2953/22 - Tribunal Pleno, os quais podem ser obtidos diretamente através dos links abaixo (copiar na barra de endereço do navegador de internet):

I) Acórdão nº 3239/21 - Tribunal Pleno – Link de acesso:

https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2021/12/pdf/00362476.pdf

II) Acórdão nº 2953/22 - Tribunal Pleno – Link de acesso:

https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2022/12/pdf/00370920.pdf

Tais decisões tratam de contagem de tempo e de concessão de vantagens em face das regras contidas na Lei Complementar nº 173/2020.

Por oportuno, observa-se que esta ferramenta de diálogo empregada por esta Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e Controle Social (CACS) não tem a finalidade de prestar assessoria ou consultoria jurídica, tarefa que compreende o rol de atribuições da Procuradoria Municipal ou Departamento Jurídico da entidade.

Dito isto, recomenda-se o encaminhamento desta demanda à Procuradoria Jurídica, para que possa exercer seu mister de analisar o caso concreto à luz das leis, atos normativos e documentos pertinentes e assim emitir parecer conclusivo.

Curitiba, 25/09/2024.
Atenciosamente,
Equipe de Atendimento CACS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Ao Senhor Prefeito Municipal de Jardim Alegre,
José Roberto Furlan

Assunto: Solicitação de parecer jurídico sobre a implantação da avaliação de desempenho por mérito e progressões por titulação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim Alegre.

Senhor Prefeito,

O Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, vem, por meio deste, solicitar um parecer jurídico sobre a viabilidade de implantação das avaliações de desempenho por mérito e das progressões por titulação, conforme previsto no Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais de Jardim Alegre, instituído pela Lei Municipal nº 2.197/2020.

Adicionalmente, informamos que, em consulta realizada junto ao canal de comunicação do Tribunal de Contas do Paraná — CACO sob demanda nº 313569, buscamos esclarecimentos sobre a possibilidade de concessão das progressões de que trata a referida lei, considerando o período de suspensão estabelecido pelo art. 8º, inciso IX, da Lei Complementar nº 173/2020. Esta consulta também levou em consideração as disposições da Lei Complementar nº 191/2022.

A partir dessa consulta, localizamos dois acórdãos relevantes sobre o tema: o **Acórdão nº 3.239/2021**, que trata sobre a concessão dessas vantagens no período de vedação imposto pela Lei Complementar nº 173/2020, e o **Acórdão nº 2.953/2022**, que retifica as considerações do acórdão 3.239/2021, tendo-se em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade do art. 8º, a exemplo das ADI's 6.442, 6.447, 6.450 e 6.525, e após advento da LC nº 191/2022, que trouxe novas considerações sobre a matéria.

Diante das novas interpretações e das alterações legislativas mencionadas, solicitamos que, após análise, seja emitido parecer jurídico pela Procuradoria Jurídica Municipal sobre a possibilidade de implantação e concessão das avaliações de desempenho por mérito e das progressões por titulação, levando-se em consideração os dispositivos legais acima mencionados e as novas considerações trazidas pelos referidos acórdãos.

Sem mais para mencionar, aguardamos deferimento.

Jardim Alegre, 27 de Setembro de 2024.

Belino Silva Rocha
Diretor RH

GABINETE DO PREFEITO

O Senhor **José Roberto Furlan**, Prefeito do Município de Jardim Alegre, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso IX, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Lei Municipal nº 2.197/2020 - Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores públicos do Município de Jardim Alegre, publicada em 31 de março de 2020;

Considerando as vedações previstas na Lei Complementar nº 173/2020, retroagindo à 20 de março de 2020, data do Decreto Legislativo nº 06/2020 que reconheceu o estado de calamidade pela Covid-19;

Considerando as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 191/2022;

Considerando a resposta das Demandas nº 307139 e 313569, ambas do TCE-PR; e

Considerando as informações e solicitação realizada pelo Departamento de Recursos Humanos, **RESOLVE,**

D E T E R M I N A R:

I- À Procuradoria Geral do Município para que emita Parecer Jurídico a respeito das seguintes questões:

a) Em caso de Lei que altera a estrutura de carreira, provocando aumento de vencimentos e estabelecendo regras novas para promoções e progressões, com publicação no período compreendido entre 20 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2021, o reenquadramento dos servidores somente poderia ser feito após o prazo previsto no caput do art. 8º, da LC 173/2020, produzindo efeitos a partir de então, ou podendo ter efeitos retroativos?

b) O período de 20 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2021 pode ser considerado para fins de progressões e/ou promoções cujo direito e regras foram instituídas em lei que previa aumento de despesa com folha de pagamento, promulgada após o Decreto Legislativo nº 06/2020, que declarou o estado de calamidade pública pela Covid-19 e antes de 31 de dezembro de 2021?

c) Em caso de resposta negativa para algum dos questionamentos anteriores, haveria exceção aos servidores da saúde?

II- Após, volte para apreciação.

Edifício da Prefeitura do Município de Jardim Alegre, Estado do Paraná, Gabinete do Prefeito, aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro. (30/09/2024)

José Roberto Furlan
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE
PROCURADORIA JURÍDICA
Praça Mariana Leite Felix, 800 - CEP - 86860-000
e-mail: procuradorgeral@jardimalegre.pr.gov.br
Fone/fax - 43-3475-2107 - 3475-1256 - JARDIM ALEGRE – PR

Parecer Jurídico

Requerente: Chefe do Executivo.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LEI MUNICIPAL Nº 2.197/2020. ART. 8º, I E III, LC 173/2020. IMPLANTAÇÃO PLANO DE CARGOS. CONTAGEM DE TEMPO. 20/03/2020 A 31/12/2021. PROGRESSÕES. IMPOSSIBILIDADE. LC 191/2022. EXCEÇÃO. SERVIDORES DA SAÚDE. INEXISTENTE.

Do relatório

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, feito pelo Chefe do Poder Executivo, a respeito de questões afetas à implantação do Plano de Cargos do Município de Jardim Alegre/PR, por conta dos impactos gerados pela Lei Complementar nº 173/2020 e as alterações feitas nesta, por meio da Lei Complementar nº 191/2022, que foram objeto de demandas protocoladas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

Para tanto, foram juntados os seguintes documentos:

a) Cópia da Demanda nº 307139, feita no TCE-PR; e

b) Cópia da Demanda nº 313569, feita no TCE-PR.

Eis, em síntese, o relatório.

Dos Fundamentos

Inicialmente, ressalto que, conforme Lei Municipal nº 960/2015, a função desta Procuradoria é de assessoramento jurídico-administrativo a todos os órgãos da Administração Municipal. Tendo isto em vista, não cabe a este órgão a emissão de decisões, realizando apenas a orientação, frente ao ordenamento jurídico vigente.

Praça Mariana Leite Felix, 800 - CEP - 86860-000
e-mail: procuradorgeral@jardimalegre.pr.gov.br
Fone/fax - 43-3475-2107 - 3475-1256 - JARDIM ALEGRE – PR

Com relação ao objeto do presente parecer, devem ser feitos esclarecimentos importantes.

O novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores públicos deste Município foi instituído por meio da Lei Municipal nº 2.197/2020, sendo sancionada e posteriormente publicada, em 31 de março de 2020. Da mesma forma, a Lei Municipal nº 2.194/2020, que tratou sobre o cargo de Monitor(a), a Lei Municipal nº 2.195/2020, que instituiu o novo Estatuto dos Servidores Públicos do Município e a Lei Municipal nº 2.196/2020, que dispôs sobre o Regime Disciplinar e o Procedimento para Apurações Disciplinares dos Servidores Municipais.

Importante mencionar que tais leis promoviam aumento nos vencimentos dos cargos, estabelecendo ainda novas vantagens que acarretariam acréscimos financeiros aos servidores de todas as carreiras.

Paralelamente, o país foi assolado pela pandemia da Covid-19, tendo a União declarado estado de calamidade pública, devidamente reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06/2020, na data de 20 de março de 2020.

Por conseguinte, com vistas a implantação em folha de pagamento do previsto nas Leis Municipais nº 2.197 e 2.194, foram editados os Decretos nº 110/2020 de 08/05/2020, publicado em 09/05/2020 e 119/2020, de 20/05/2020, publicado em 21/05/2020, respectivamente.

Com relação ao Decreto nº 110/2020, quando publicado, concedeu a possibilidade de que servidores ingressassem com recurso no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para revisão dos enquadramentos, razão pela qual não houve a implantação em folha já no mês de maio de 2020. Por outro lado, o Decreto nº 119/2020, que regulamentou o enquadramento dos Monitores(as), ante a inexistência de discussão a seu respeito, foi devidamente implantado.

Ocorre que, por conta da citada pandemia, Estados e Municípios, inclusive de Jardim Alegre-PR, sofreram graves prejuízos em suas receitas, motivo pelo qual foi editada pela União a Lei Complementar nº 173/2020, publicada em 28/05/2020, que trata do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2, prevendo auxílio financeiro aos entes, desde que observadas obrigações e vedações,

inclusive no que se refere aos gastos com pessoal, retroagindo à data da calamidade pública declarada pela União, ou seja, 20 de março de 2020.

Dessa forma, tendo em vista que a publicação das citadas leis foi posterior à declaração de estado de calamidade pública pela União, o Município estaria impedido de implantar em folha os enquadramentos, visto que tal ato incidiria nas vedações previstas nos incisos I e III, do art. 8º, da Lei nº 173/2020, que proibiam a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequações de remuneração de servidores, bem como a alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesas.

Diante disso, foi publicado o Decreto Municipal nº 145/2020, de 1º de julho de 2020, revogando os Decretos nº 110/2020 e 119/2020, bem como adiando para o ano de 2022 o enquadramento dos servidores pelos critérios determinados pelas Leis Municipais nº 2.194/2020 e 2.197/2020, ficando ressalvada a possibilidade de antecipação do mesmo no caso de autorização pelos órgãos de controle e de que tal ato não implicasse em sanções ao Município, o que não houve.

Por conseguinte, na data de 12/04/2022, foram publicados o Decreto nº 80/2022, que dispôs sobre o enquadramento dos servidores estatutários do Quadro Geral e o Decreto nº 81/2022, que dispôs sobre o enquadramento dos ocupantes do cargo de Monitor/Monitora no Quadro Próprio do Magistério Municipal, enfim efetuando o enquadramento conforme as Leis Municipais nº 2.194/2020 e 2.197/2020, após o término da proibição contida no art. 8º, *caput*, da Lei Complementar nº 173/2020.

Feitas tais considerações, passa-se aos questionamentos realizados.

a) Em caso de Lei que altera a estrutura de carreira, provocando aumento de vencimentos e estabelecendo regras novas para promoções e progressões, com publicação no período compreendido entre 20 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2021, o reenquadramento dos servidores somente poderia ser feito após o prazo previsto no *caput* do art. 8º, da LC 173/2020, produzindo efeitos a partir de então, ou podendo ter efeitos retroativos?

Em princípio, importante destacar que não basta uma norma ser

publicada, para que esta seja aplicada. Tendo isto em vista, Miguel Reale[1] divide a validade de uma norma em três aspectos, quais sejam: validade formal, validade social e validade ética.

A validade ética está ligada ao fim objetivado pela regra de direito, sendo que este fundamento é o responsável por legitimar a norma também nos planos da validade formal e da validade social.

Já a validade formal, ou técnico-jurídica, diz respeito à vigência do texto normativo, sendo que para sua observância, este deve ser elaborado por órgão que detenha legitimidade para tanto, que haja sua competência quanto a matéria legislada, além de que seja respeitado o procedimento adequado.

Por fim, a validade social se concretiza no campo da eficácia, relacionando-se com a aplicabilidade ou executoriedade da norma, sendo assim é a "*aptidão da norma para produzir os efeitos que lhe são próprios*"[2]. Ou seja, a norma pode existir e estar vigente, mas não ser capaz de produzir os efeitos almejados quando de sua elaboração e promulgação.

Diante disso, para que uma lei seja válida e legitimamente obrigatória, ela precisa respeitar esses três requisitos.

Feitos tais esclarecimentos, o que se percebe é que em 28 de maio de 2020 foi publicada a Lei Complementar nº 173/2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Dentre outras disposições previu em seu art. 8º, uma série de condutas que estariam vedadas aos estados e municípios, de 20 de março de 2020, data do Decreto Legislativo nº 06/2020, que reconheceu estado de calamidade pública, até 31 de dezembro de 2021.

Dentre as proibições, estariam a de conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste, ou adequação de remuneração aos servidores, bem como de alterar a estrutura de carreira, implicando em aumento de despesa.

Assim, na hipótese de lei publicada entre 20 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2021, que promova a alteração da estrutura das carreiras existentes, bem

---

[1] REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. 25ª ed. 2001.p. 97.
[2] NOVELINO, Marcelo. Hermenêutica constitucional. Jus Podivm: Salvador. 2008. p. 130.

como provocando o aumento de vencimentos dos cargos, esta, ainda que exista no plano formal, teria a sua eficácia suspensa, por conta da superveniência de lei federal, qual seja, a LC 173/2020, conforme previsto no art. 24, §4º, da CF.

Tal conclusão também vem consubstanciada em decisões recorrentes do Supremo Tribunal Federal, como no julgamento pela improcedência das ADIs 6442, 6447, 6450 e 6525, que entendeu pela constitucionalidade da Lei Complementar nº 173/2020, inclusive de seu art. 8º, por entender que se trata de norma geral de direito financeiro e responsabilidade fiscal.

No mesmo sentido, foi a resposta prestada pelo TCE-PR, na Demanda nº 307139:

> Assim prescreve o artigo 8º, I, da Lei Complementar nº 173/2020:
>
> Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:
>
> I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública.
>
> Por sua vez o Decreto Legislativo nº 6/2020, de 20 de março de 2020 reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.
>
> Assim, **denota-se que a citada reestruturação administrativa só produziria efeitos financeiros após 31/12/2021, conforme imposição do artigo 8º, I, da Lei Complementar nº 173/2020** retro citado. (grifos e destaques nossos)

Praça Mariana Leite Felix, 800 - CEP - 86860-000
e-mail: procuradorgeral@jardimalegre.pr.gov.br
Fone/fax - 43-3475-2107 - 3475-1256 - JARDIM ALEGRE – PR

Diante disso, entendo que a norma aprovada neste período, tratando sobre as matérias mencionadas no art. 8°, da LC 173/2020, só poderia produzir efeitos a partir de 31 de dezembro de 2021. Ademais, referente a possibilidade de pagamentos retroativos, remeto ao previsto no §3°, do art. 8°, da LC 173/2020, *in verbis*:

> Art. 8° .....
> [...]
> § 3° A lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual poderão conter dispositivos e autorizações que versem sobre as vedações previstas neste artigo, **desde que seus efeitos somente sejam implementados após o fim do prazo fixado, sendo vedada qualquer cláusula de retroatividade**. (grifos e destaques nossos)

Ou seja, referido dispositivo estaria vedando o pagamento de parcelas vencidas no período compreendido dentro da vedação.

Diante disso, opino no sentido de que o reenquadramento dos servidores só poderia ocorrer após 31 de dezembro de 2021, não sendo possível, ainda, implantar o reenquadramento dos servidores, com efeitos financeiros retroativos.

b) O período de 20 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2021 pode ser considerado para fins de progressões e/ou promoções cujo direito e regras foram instituídas em lei que previa aumento de despesa com folha de pagamento, promulgada após o Decreto Legislativo n° 06/2020, que declarou o estado de calamidade pública pela Covid-19 e antes de 31 de dezembro de 2021?

Para resposta deste questionamento, remeto aos esclarecimentos feitos na pergunta anterior, visto que a LC 173/2020 suspendeu os efeitos de lei que trate sobre uma das matérias previstas em seu art. 8°. Assim, tal norma, publicada no período de vedação previsto na citada lei complementar, não possuía eficácia até 31 de dezembro de 2021, impedindo assim que se entenda que no período de sua suspensão, os direitos por ela instituídos poderiam ser considerados.

Além disso, destaque-se o teor da Nota Técnica n° 09/2020 – CGF/TCE-PR, abaixo transcrita:

Praça Mariana Leite Felix, 800 - CEP - 86860-000
e-mail: procuradorgeral@jardimalegre.pr.gov.br
Fone/fax - 43-3475-2107 - 3475-1256 - JARDIM ALEGRE – PR

A COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO – CGF DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, em observância ao contido no art. 151-A, inciso IX, do Regimento Interno e ao disposto no Despacho n° 2316/2020-GP, emitido nos autos n° 38365-7/20, externa seu posicionamento sobre a possibilidade de concessão de progressões e/ou promoções funcionais, tendo em vista as disposições da LC n° 173/2020, no contexto da pandemia da COVID-19, nos seguintes termos:

1. Nos termos do Despacho n° 749/20 (autos n° 38365-7/20), não há vedação na LC n° 173/2020 para a concessão de progressões e/ou promoções, **cuja instituição, por lei, seja anterior ao estado de calamidade pública de que tratam o Decreto Legislativo n° 6/2020 do Congresso Nacional e a LC n° 173/2020**, seja por qualificação/titulação, mérito ou antiguidade, não se lhes aplicando qualquer restrição nesse sentido, salvo as condições e requisitos próprios da legislação de cada ente político (Estado e Municípios).

2. Considera-se, para fins desta nota técnica, progressão e/ou promoção:

- por qualificação ou titulação: aquela que decorre da realização de cursos de aperfeiçoamento acadêmico ou profissional realizados pelos potenciais beneficiários, atendidos os requisitos específicos da legislação em relação à qual se refere;
- por mérito: a decorrente da obtenção de resultado mínimo satisfatório em avaliação quanto ao desempenho nos termos da respectiva legislação;
- por antiguidade: é decorrente do transcurso de determinado tempo, observadas eventuais condicionantes que sejam exigidas concomitantemente.

2.1 Invariavelmente as progressões e/ou promoções implicam acréscimo remuneratório resultante de reposicionamento em nível, classe, referência, categoria, etc. – avanço ou passagem para a posição superior no escalonamento previsto na norma – distinto do até então ocupado pelo servidor. Nesses casos, o acréscimo remuneratório se dá no vencimento inerente ao cargo/carreira do servidor, ou seja, está nele embutido.

3. No tocante aos limites temporais estabelecidos na LC n° 173/2020, o inciso III do artigo 8° proíbe a alteração da estrutura de carreira que implique aumento de despesa. De tal sorte, **enquanto vigente a norma em comento, os entes políticos não podem promover modificações nas respectivas**

Praça Mariana Leite Felix, 800 - CEP - 86860-000
e-mail: procuradorgeral@jardimalegre.pr.gov.br
Fone/fax - 43-3475-2107 - 3475-1256 - JARDIM ALEGRE – PR

> **carreiras que importem aumento de despesa, ou seja, eventuais alterações legislativas no "sistema de progressões e/ou promoções" não poderão ser levadas a efeito se resultarem em aumento de despesa**.
>
> **4.** Por outro lado, a concessão de progressões e/ou promoções cuja previsão legislativa **já era vigente** na data de decretação da calamidade pública decorrente da Covid-19 – Decreto Legislativo nº 03/2020 do Congresso Nacional e LC nº 173/2020 –, mesmo que implique acréscimo remuneratório, não sofrem qualquer restrição quanto à sua eficácia e aplicabilidade frente ao contido na LC nº 173/2020. (grifos e destaques nossos)

Assim, opino no sentido de que lei publicada entre 20 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2021, que disponha sobre novas regras para progressões e/ou promoções de carreira e que provoque aumento de despesa com folha de pagamento, não produziu efeitos durante esse mesmo período, não podendo tal lapso, portanto, ser considerado para fins de aquisição de direitos.

c) Em caso de resposta negativa para algum dos questionamentos anteriores, haveria exceção aos servidores da saúde?

Verifica-se que a Lei Complementar nº 173/2020 passou por alterações, dentre elas, pela Lei Complementar nº 191/2022, que adicionou a seguinte disposição à norma:

> **Art. 8º** Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:
>
> [...]
>
> **IX** - contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

[...]

§ 8º O disposto no inciso IX do caput deste artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares da área de saúde e da segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:

I - para os servidores especificados neste parágrafo, os entes federados ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de realizar o pagamento de novos blocos aquisitivos, cujos períodos tenham sido completados durante o tempo previsto no caput deste artigo, de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço; (Incluído pela Lei Complementar nº 191, de 2022)

II - os novos blocos aquisitivos dos direitos especificados no inciso I deste parágrafo não geram direito ao pagamento de atrasados, no período especificado; (Incluído pela Lei Complementar nº 191, de 2022)

III - não haverá prejuízo no cômputo do período aquisitivo dos direitos previstos no inciso I deste parágrafo; (Incluído pela Lei Complementar nº 191, de 2022)

IV - o pagamento a que se refere o inciso I deste parágrafo retornará em 1º de janeiro de 2022.

Ou seja, os servidores da saúde poderiam ter contabilizado o período de 20 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2021 exclusivamente como de período aquisitivo para fins de direitos cuja concessão depende de observado determinado tempo de serviço.

Neste ponto, importante mencionar a resposta prestada pelo TCE-PR, a Demanda 307139, *in verbis*:

> Observado o contido nos incisos I a IV do § 8º, do artigo 8º da Lei Complementar nº 191/2020, é possível considerar que os servidores da saúde seriam uma exceção, podendo ser realocados na tabela de vencimentos e receber conforme esta desde a publicação da Lei, ou seja, seria possível que a Lei Municipal nº 2.197/2020 fosse aplicada aos servidores da saúde desde 31/03/2020, por força da citada Lei Complementar. [...]

Ou seja, entendeu-se que, diante da alteração promovida pela Lei Complementar nº 191/2022, o reenquadramento previsto pela Lei Municipal nº 2.197/2020 poderia ter ocorrido a contar da data de sua publicação com relação aos servidores da saúde.

Ocorre que, tendo em vista a persistência de dúvidas neste ponto da orientação, foi protocolada nova demanda, requerendo esclarecimentos quanto a resposta anterior. Assim, constou na Demanda nº 313569:

> Diante disso, requer-se esclarecimento se no presente caso, poderia ter ocorrido o reenquadramento dos servidores da saúde, com base nos incisos I a IV do § 8º, do artigo 8º da Lei Complementar nº 191/2020, conforme resposta anterior, embora o caput do citado §8º, preveja expressamente que a exceção alcançava apenas o previsto no inciso IX, do caput do art. 8º, da Lei Complementar nº 173/2020, não mencionando os incisos I e III, do caput do art. 8º desta LC, que suspenderam a eficácia da Lei Municipal nº 2.197/2020, que previu o reenquadramento em questão?
>
> Caso a resposta seja afirmativa, o reenquadramento apenas dos servidores que estavam em atividade na saúde quando da promulgação da Lei Municipal nº 2.197/2020, em detrimento dos demais, não seria afronta ao princípio da isonomia? Isso poderia gerar repercussões jurídicas, como a propositura de ações?

Para tais questionamentos, foi apresentada a seguinte resposta:

> Em complemento às orientações expendidas na conclusão da Demanda nº 307139, recomenda-se a leitura atenta do Acórdão nº 3239/21 - Tribunal Pleno e do Acórdão nº 2953/22 - Tribunal Pleno, os quais podem ser obtidos diretamente através dos links abaixo (copiar na barra de endereço do navegador de internet):
> I) Acórdão nº 3239/21 - Tribunal Pleno – Link de acesso:
> https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2021/12/pdf/00362476.pdf
> II) Acórdão nº 2953/22 - Tribunal Pleno – Link de acesso:

https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2022/12/pdf/00370920.pdf

Tais decisões tratam de contagem de tempo e de concessão de vantagens em face das regras contidas na Lei Complementar nº 173/2020.

Com a devida vênia aos entendimentos expressos por meio das Demandas supramencionadas, entendo que não há como se concluir que diante das alterações promovidas pela LC 191/2022, o reenquadramento dos servidores da saúde poderia ter sido promovido a contar de 31/03/2020, data da publicação da Lei Municipal nº 2.197/2020.

Isso pois, o que se percebe, é que a exceção prevista no §8º, do art. 8º, da LC 173/2020, incluído pela LC 191/2022, seria apenas na contabilização do tempo previsto entre 20 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2021 para mecanismos que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço. Assim, no caso de estes mecanismos estarem previstos em lei publicada entre o interregno mencionado, não há exceção, tendo em vista que o dispositivo não menciona também os incisos I e III, desse mesmo art. 8º.

Ora, a própria resposta à Demanda nº 307139 reconhece que o reenquadramento não pôde ser levado a efeito por conta do previsto no art. 8º, I, da LC 173/2020, inciso este não excetuado pelo §8º, incluído neste mesmo artigo pela LC 191/2022.

Acrescente-se ainda que os Acórdãos mencionados na resposta à Demanda nº 313569, não corroboram ao entendimento expresso, tendo em vista que em ambos os casos, analisa-se as vedações trazidas pela LC 173/2020, na concessão de direitos previstos em leis que estavam vigentes anteriormente ao estado de calamidade.

Com relação ao Acórdão nº 3239/21 – Tribunal Pleno, do TCE-PR, ele possui a seguinte ementa:

> Consulta. Licença especial e outros benefícios. Contagem de tempo entre 28/05/20 e 31/12/21. Possibilidade, sendo vedados apenas o pagamento e fruição neste período. Conversão da licença especial em pecúnia não usufruída. Possibilidade mediante previsão em norma infralegal. Hipótese de não fruição ante a necessidade de serviço. Simetria como o Ministério Público.

Imperiosa necessidade de prévia disponibilidade financeira e orçamentaria.

Verifica-se que o ponto central analisado no acórdão diz respeito a possibilidade de contagem do período de 20 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2021, para efeitos de licença especial, tendo em vista o contido no art. 8º, IX, da LC 173/2020. Assim, não converge com o tema ora debatido, não aproveitando a qualquer conclusão que se possa ter neste caso.

Já no que se refere ao Acórdão nº 2953/22 – Tribunal Pleno, do TCE-PR, colaciono parte do seu teor:

> A complementação normativa feita pela Lei Complementar nº 191/2022 , com o acréscimo do § 8º do artigo 8º, da lei que estabeleceu o programa federativo de enfrentamento à pandemia, não pode ser interpretado de maneira restritiva, tanto em razão da inexistência de elementos de distinção real entre os servidores públicos que trabalharam durante o período com em razão do que já estava expressamente consignado na parte final do inciso IX do mesmo artigo 8º, que apenas impediu a geração de efeitos financeiros durante o período de pandemia, não importando *qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.*
>
> De fato, o acréscimo normativo em questão, ainda que tenha mencionado especificamente os servidores de saúde e de segurança pública, não tem o condão de restringir direitos dos demais servidores, já preservados pela redação anterior da lei, e não suprimidos pela alteração legislativa, até porque eventual supressão se daria ao arrepio do princípio da isonomia fixado não apenas no artigo 5º, caput, mas também e especificamente no § 1º do artigo 39 da Carta da República, para fins de fixação do regime remuneratório de servidores públicos.
>
> Na medida em que nenhum ato normativo pode contrapor-se ao conteúdo da Carta Maior, a interpretação da norma em questão deve ser feita tendo por pressuposto a superioridade jurídica e axiológica da Constituição.
>
> No caso em exame, não acolhida a premissa inicialmente exposta, impõe-se a

> interpretação conforme a constituição, de modo a integrar o texto infraconstitucional, adaptando-o ao comando constitucional da isonomia. Assim, e tendo em vista a igualdade entre todos os servidores públicos atingidos pela suspensão dos efeitos financeiros imposta pela Lei Complementar nº 173/2021, a possível interpretação restritiva de direitos decorrente da inclusão na norma, do inciso IX do artigo 8º, somente pode ser corrigida com a extensão a todos os servidores, da previsão ali contida.
>
> [...]
>
> Portanto, também no caso em exame, a interpretação do texto legal, em conformidade com a Constituição, não permite afronta **ao princípio da isonomia, devendo ser reconhecida a extensão dos efeitos detalhadamente regulados pela Lei Complementar nº 191/2022 a todos os servidores públicos e não apenas a determinadas categorias, entendimento este que violaria a** lógica e a razoabilidade, eis que na situação, os servidores públicos têm direito a tratamento isonômico.

Compulsando a decisão, o que se conclui é que a legislação não poderia criar direitos a fim de beneficiar apenas uma categoria de servidores, em contraposição aos demais, importando em verdadeira afronta à Carta Magna. Contudo, o que se percebe é que o presente caso se trata de situação *sui generis*, não abarcada também por este acórdão, uma vez que este clama por uma legislação vigente anteriormente ao Decreto Legislativo nº 06/2020, de 20 de março de 2020, que reconheceu estado de calamidade pública, até 31 de dezembro de 2021.

Acrescente-se que a conclusão das demandas também é contrária ao entendimento do Tribunal Pleno do TCE-PR, presente no Acórdão nº 3260/23, cujo trecho abaixo transcrevo:

> 4. A exceção refere-se unicamente à contagem do período aquisitivo, devendo os pagamentos ser [sic] efetivados apenas a partir do dia 01 de janeiro de 2022, sem direito ao pagamento de valores retroativos?
>
> Resposta: **Sim. A exceção refere-se unicamente à contagem do período**

aquisitivo, devendo os pagamentos ser [sic] efetivados apenas a partir do dia 01 de janeiro de 2022, sem direito ao pagamento de valores retroativos, nos termos do que estabelece o artigo 8º, §8º, inciso IV da LC nº 173/2022. (grifos e destaques nossos)

Ou seja, o §8º, do art. 8º, da LC 173/2020, apenas cria exceção no que se refere ao inciso IX, deste mesmo artigo, a respeito de contagem de período aquisitivo, não criando situação excepcional para as demais proibições contidas na norma.

Diante disso, concluo, data maxima venia, que não haveria como implantar o novo enquadramento, trazido pela Lei Municipal nº 2.197/2020, a contar de 31/03/2020, data de sua publicação, aos servidores da saúde, tendo em vista que o citado §8º, do art. 8º, da LC 173/2020, incluído pela LC 191/2022, seria aplicável apenas nos casos de lei anterior à decretação do estado de calamidade e, portanto, não poderia ser aplicado aos casos de leis aprovadas após essa data e até o dia 31 de dezembro de 2021.

Ressalte-se que interpretação conforme a expressa nas demandas supramencionadas importaria em uma completa invalidação das vedações contidas no art. 8º, da LC 173/2020, além de ir de encontro ao previsto na Nota Técnica nº 09/2020 – CGF/TCE-PR. Também representaria uma situação de completa instabilidade e desequilíbrio das finanças públicas, visto que faria retroagir os efeitos financeiros diretos, provocados pela nova estruturação de cargos do Executivo municipal.

Sendo estes os esclarecimentos a serem feitos, encaminho o presente parecer à autoridade solicitante para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

É o parecer S.M.J.

Jardim Alegre/PR, 22 de novembro de 2024.

Thaís Liege Barbosa
Procuradora Geral

GABINETE DO PREFEITO

O Senhor **José Roberto Furlan**, Prefeito do Município de Jardim Alegre, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, **RESOLVE,** acatar as orientações contidas no Parecer Jurídico.

I - Remeta-se cópia dos documentos que instruem a presente decisão ao Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Jardim Alegre;

II – Encaminhe a presente ao Departamento de Recursos Humanos para as providências necessárias a fim de que seja efetuada as avaliações de desempenho por mérito e das progressões, observando o contido no Parecer Jurídico.

Edifício da Prefeitura do Município de Jardim Alegre, Estado do Paraná, Gabinete do Prefeito, aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro. (26/11/2024)

José Roberto Furlan
Prefeito Municipal